



CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Setor de Clubes Esportivos Sul - Lote 09 - Trecho III - Polo 8 - Bairro Asa Sul - CEP 70200-003 - Brasília - DF - www.cjf.jus.br**PLANO
PLANO DE CURSO****Programa de formação: Formação Continuada****Nome do curso: Precatórios na Justiça Federal****Informações gerais**

1. **Natureza do curso:** Formação continuada
2. **Escola:** Centro de Estudos Judiciários
3. **Diretor (a):** Ministro Jorge Mussi
4. **Período de realização:** 31/8 a 3/9/2021
Aulas síncronas (ao vivo): 31/8, 1º/9, 2/9 e 3/9, das 14h às 18h
5. **Modalidade:** EaD
6. **Carga horária:** 20 (vinte) horas-aula
7. **Número de vagas:** 40 (quarenta)
8. **Número de turmas:** 1 (uma)
9. **Público-alvo:** Servidores das unidades de Auditoria Interna do CJF e dos cinco TRFs
10. **Local de realização:** Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, plataforma *Moodle* e videoconferências, plataforma *Zoom*, do Conselho da Justiça Federal
11. **Contatos:** sce@cjf.jus.br / 61 3022 7256 / 7233

Ementa: Visão geral dos precatórios e da requisição de pequeno valor; natureza, tipos formais e elementos da requisição de pagamento; retenção de tributos; pagamento e inadimplência; precatórios extraorçamentários; Expedição do ofício requisitório; elaboração de cronograma de desembolso; orçamentação e descentralização de dotações para pagamento de requisições judiciais, cadastro de precatórios/rpv; consultas gerenciais.

Apresentação: Por força do disposto do artigo 100 da Constituição Federal, a fazenda pública quando condenada ao pagamento de valor certo o fará por meio de entrega do valor ao Poder Judiciário da jurisdição da ação condenatória. Esse procedimento é materializado por regime de execução de sentença denominado precatório. Considerando a competência de julgar definida à Justiça Federal, os valores representam substancial volume orçamentário, cuja execução é de responsabilidade da administração da Justiça Federal. Esse procedimento se apresenta como elemento de nível elevado na matriz de risco de controle sujeito a auditoria. Assim, a abordagem sobre como é realizada a gestão de precatórios torna-se matéria obrigatória para o treinamento do pessoal da área de auditoria da administração do judiciário federal, que necessita conhecer os aspectos jurídicos básicos e os aspectos orçamentários e financeiros envolvidos no processamento e pagamento das requisições de pagamento.

Objetivo geral:

Descrever as normas vigentes e os procedimentos atualizados quanto aos precatórios e RPVs na Justiça Federal, propiciando aos participantes a capacidade de reconhecimento das fases de execução das sentenças transitadas em julgado, no âmbito da Justiça Federal, identificando a fazenda devedora, bem como a avaliação dos requisitos legais para o gerenciamento dos precatórios e das requisições de pequeno valor.

Objetivos específicos:

- 1) Descrever o regime jurídico constitucional, legal e regulamentar das requisições de pagamento, demonstrando aos discentes as finalidades gerais do precatório na estrutura da execução de decisões judiciais proferidas contra a Fazenda Pública.
- 2) Analisar os aspectos específicos das requisições de pagamento na Justiça Federal bem como o seu processamento no âmbito dos tribunais regionais federais
- 3) Identificar a forma de inclusão de precatórios e RPVs no orçamento das entidades devedoras.
- 4) Identificar a forma de monitoramento e avaliações sintéticas dos pagamentos de precatórios e RPVs.
- 5) Propiciar troca de experiências no processo de precatórios através do debate de questões práticas

Proposta metodológica:

- 1. Ambientação:** Promover, desde o início da ação educacional, o engajamento dos cursistas, assim como a curiosidade pela aplicação de novos recursos educativos. Pretende-se, a partir da ambientação, formar uma rede de aprendizagem colaborativa. As atividades se vincularão ao processo de formação do perfil no *Moodle*, apresentação aos demais colegas e compartilhamento de experiências entre os cursistas.
- 2. Organização do conteúdo:** A ação será planejada de forma a ser realizada em 4 módulos. Os módulos serão organizados com base no “volume” de leituras e atividades previstas para o percurso formativo, totalizando 20 horas/aula.
- 3. Mídias utilizadas:** As mídias empregadas para a disponibilização dos conteúdos durante as aulas síncronas (ao vivo) poderão ser: material em texto, apresentação em slides e arquivos de textos complementares.
- 4. Formas de interação:** A interação entre os participantes se faz indispensável para o sucesso deste curso. Será motivada pelo diálogo e pela troca de experiências e ocorrerá de forma síncrona, durante as aulas.
- 5. Atuação e responsabilidades do(s) tutor (es):**
 - Elaborar plano de tutoria de acordo com a orientação da equipe técnica do CEJ;
 - Desenvolver o curso com o encaminhamento e a orientação das atividades, o esclarecimento de dúvidas e o acompanhamento da participação dos alunos, cumprindo o cronograma estabelecido;
 - Complementar materiais didáticos para o aprimoramento da aprendizagem do aluno, se for o caso;
 - Planejar atividades de aplicação do conteúdo;
 - Acompanhar, orientar e estimular o aprendizado do aluno, garantindo a qualidade do processo de apropriação do conhecimento, a fim de que o aluno alcance o aprendizado proposto;
 - Administrar, em sala, problema, discussão inapropriada, ofensa ou incidente que seja prejudicial ao bom andamento da ação educacional, comunicando as ocorrências ao coordenador ou servidor indicado pelo CEJ, caso necessário;
 - Promover a interação entre os alunos, despertando postura participativa e colaborativa;
 - Proceder à avaliação de aprendizagem dos participantes, durante todo percurso formativo do curso;
 - Lançar as notas dos alunos nos prazos estabelecidos;
 - Informar eventual necessidade de atualização do material, detectada durante a realização da ação educacional;
 - Elaborar o relatório de aprendizagem dos participantes, se for o caso;

- Contribuir, quando solicitado, na elaboração de instrumento de avaliação de reação do curso;
- Participar do processo de avaliação do curso, apresentando o formulário preenchido após o encerramento da ação educativa;
- Apresentar currículo atualizado e a documentação exigida pelos normativos aplicáveis.

6. Atuação e responsabilidades do aluno:

- Acessar o curso regularmente;
- Observar os avisos enviados pela coordenação e pela tutoria;
- Atentar para os critérios de avaliação adotados;
- Participar ativamente dos debates;
- Cumprir as atividades dentro do prazo estabelecido;
- Responder a avaliação de reação.

Unidade/módulo	Objetivo (s) específico (s)	Conteúdo programático	Metodologia	Carga horária	Avaliação Aprendizagem
Ambientação	- Analisar a proposta de trabalho constante no Guia do Estudante; - Interagir com os colegas por meio da formação de uma rede colaborativa de aprendizagem; - Relatar expectativas em relação ao curso.	- Conhecendo o curso	Fórum (apresentação)	5 horas-aula	- Não será pontuada.
Módulo I – Aspectos Gerais dos Precatórios	Descrever o regime jurídico constitucional, legal e regulamentar das requisições de pagamento, demonstrando aos discentes as finalidades gerais do precatório na estrutura da execução de decisões judiciais proferidas contra a Fazenda Pública.	- Fundamento Constitucional (Princípio da Igualdade) - Breve evolução histórica - Conceito e natureza jurídica dos precatórios judiciais. - Requisição de Pequeno Valor (RPV) - Normas constitucionais sobre precatório - CF, art. 100 e EC 62/2009, EC 94/2016, EC 99/2017 e EC 109/2021. - Regime Geral de Pagamento de Precatórios - Regime Especial de Pagamento de Precatórios	Exposição oral dialogada com utilização de slides; Fórum de dúvidas		1) Participação no fórum de dúvidas: não avaliativo. 2) Frequência à aula síncrona (20 pontos)

		<ul style="list-style-type: none"> - Lei de Diretrizes Orçamentárias - Precatórios no Código de Processo Civil (2015) - Regulamentação do Conselho Nacional de Justiça: Resolução 303/2019 - Regulamentação do Conselho da Justiça Federal: Resolução 458/2017 e modificações posteriores. 			
Módulo II – Aspectos específicos das requisições de pagamento	- Descrever e analisar os aspectos específicos das requisições de pagamento na Justiça Federal bem como o seu processamento no âmbito dos tribunais regionais federais	<ul style="list-style-type: none"> - Tipos e natureza dos precatórios - Elementos do ofício precatório - Retenção de tributos - Pagamento - Inadimplência nas requisições de pagamento - Precatórios Estaduais municipais e extraorçamentários. 	Na aula síncrona haverá uma exposição dialogada, com utilização de slides Debates sobre situações concretas Fórum de dúvidas	5 horas-aula	1) Participação no fórum de dúvidas (não avaliativo) 2) Frequência à aula síncrona. (20 pontos)
Módulo III – Elaboração do orçamento e do cronograma de desembolso	Identificar a forma de inclusão de precatórios e RPVs no orçamento das entidades devedoras.	<ul style="list-style-type: none"> - Do procedimento; - Atores envolvidos no procedimento; - Aprovação e descentralização de dotações; - Cronograma de desembolso financeiro. 	Exposição oral dialogada; Estudo de caso. Fórum de dúvidas Aula invertida (Envio prévio de textos de apoio no AVA para ser debatido e trabalhado na aula seguinte)	5 horas-aula	1) Participação no fórum de dúvidas (não avaliativo) 2) Questionário com perguntas objetivas. (10 pontos) 3) Frequência à aula síncrona. (20 pontos) 4) Os participantes serão divididos em 4 grupos e iniciarão leitura de 1 caso concreto. Cada grupo escolhe um relator. Após a leitura do texto, os participantes, em seus grupos, analisarão questões levantadas acerca da referida situação e devem

					chegar a um consenso sobre decisão do grupo. Os relatores apresentam à turma as conclusões a que chegaram. Ao final, o docente, procede a uma análise do que foi discutido.
Módulo IV – Procedimentos de migração de precatórios para o SIAFI, execução e consultas sintéticas	Identificar a forma de monitoramento e avaliações sintéticas dos pagamentos de precatórios e RPVs.	a- Noções sobre o cadastro dos precatórios no SIAFI – Módulo Atoprocuj; - Regras de validação dos dados; - Indexação das Listas LP e RB; - Consultas no TG; - Noções de extração e tratamento de dados.	Exposição oral dialogada com utilização de slides; Debates sobre situações concretas. Fórum de dúvidas	5 horas-aula	1) Participação no fórum de dúvidas (não avaliativo) 2) Questionário com perguntas objetivas.(10 pontos) 3) Frequência à aula síncrona. (20 pontos)

Avaliação de aprendizagem: A avaliação de aprendizagem, com foco formativo, ocorrerá processualmente, durante todo o curso e com base na participação nas atividades propostas, tais como trabalhos individuais e atividades colaborativas de interação e discussão. - conforme orientações que serão explicitadas no início de cada módulo.

O foco da avaliação será o contínuo desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem e suas reais condições de realização (aspecto qualitativo e formativo), fundamentando-se na adaptação do servidor à proposta de ação-reflexão-ação. Desse modo, o conhecimento prévio do(a) servidor(a) será constantemente reformulado/reconceituado, tendo como provocação a dinâmica das atividades realizadas, as quais deverão ter o foco nas situações do trabalho diário em suas unidades judiciais.

Ao longo do desenvolvimento das atividades avaliativas, o tutor terá o papel de acompanhar o trabalho dos participantes, direcionando, reorganizando o conhecimento e analisando os resultados da construção individual e coletiva.

Avaliação de reação: No final do curso será disponibilizada, no Portal do CJF, a avaliação de reação que fornecerá subsídios para o aperfeiçoamento dos próximos cursos. O relatório de avaliação de reação apresentará o nível de satisfação dos educandos em relação a aspectos do curso: desempenho do tutor (es), planejamento do curso, apoio da Equipe de EaD, aplicabilidade no trabalho e qualidade do material didático.

Critério de certificação: Será certificado o educando que obtiver o aproveitamento mínimo de 75% nas atividades do curso. O certificado será disponibilizado após o preenchimento da avaliação de reação da ação educacional.

Docentes/tutores:

1 – Marcelo Barros Marques – Doutor e Mestre em Economia pela Universidade Católica de Brasília. É Especialista em Auditoria Interna e Externa, com habilitação em docência superior. Possui graduação em Economia pelo Centro Universitário de Brasília (1997). Analista Judiciário, atualmente exerce o cargo de Secretário de Planejamento, Orçamento e Finanças do Conselho da Justiça Federal. Foi professor, por dez anos, dos cursos de graduação em Contabilidade e de Gestão Pública e de MBA em gestão pública na

Universidade Católica de Brasília. É integrante das bancas de graduação dos cursos de contabilidade, economia e de gestão financeira. Foi Subsecretário de Programação Orçamentária e Financeira do CJF e assessor-chefe de Planejamento, Orçamento e Finanças do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Bacharel em Economia; Pós-graduado em Auditoria Interna e Externa, Especialista em Docência Superior e Técnico em Administração. Usuário do SIAFI Operacional desde 1993 e do SIAFI Gerencial desde 1997 (ano de sua implantação). Já ministrou cursos sobre Orçamento Público, Responsabilidade Fiscal, Execução Orçamentária, Tesouro Gerencial, SIAFI Operacional Gerencial (16 turmas formadas) no Tribunal Superior do Trabalho, sobre execução orçamentária em diversos órgãos do Poder Judiciário (STF, CJF, TSE, TST, TRTs e TRFs). Já ministrou diversos cursos e palestras sobre orçamento em diversos órgãos federais e in company para outras entidades.

2 - Miguel Ângelo de Alvarenga Lopes - Graduado em Direito pela Universidade Católica de Minas Gerais. Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, desde fevereiro de 1997, pós-Graduado em Direito Processual Civil pela Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce, 1995, e em Justiça Constitucional e Proteção Jurisdicional de Direitos, Departamento de Direito, Universidade de Pisa, Itália, 2018. Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, desde 1997, titular da 10ª Vara Federal de Belo Horizonte, Juiz Auxiliar da Presidência do Superior Tribunal de Justiça, Secretário-Geral Substituto do Conselho da Justiça Federal e Coordenador do Grupo de Trabalho de Precatórios do Conselho da Justiça Federal. Participou da elaboração das minutas de Resolução sobre precatórios que resultaram nas Resoluções CNJ 115/2010 e 303/2019. No Conselho da Justiça Federal participou, desde 2006, da elaboração das minutas de resoluções sobre precatórios da Justiça Federal que resultaram nas normas regulamentares editadas sobre este tema; foi Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça no período de agosto de 2018 a agosto de 2020, atuando em auxílio direto ao Ministro Corregedor na área temática de requisições de pagamento; foi membro representante da Justiça Federal no Comitê Nacional do FONAPREC de 2013 a 2020, com vários pareceres técnicos aprovados pelo referido comitê especializado do Conselho Nacional de Justiça. Ministrou diversas palestras e cursos sobre Precatórios a convite de tribunais regionais federais, tribunais regionais do trabalho e de tribunais de justiça.

Bibliografia:

Conselho da Justiça Federal. (4 de outubro de 2017). Resolução CJF nº 458. Fonte: Atos Normativos: <https://www.cjf.jus.br/publico/biblioteca/Res%20458-2017.pdf>

Conselho Nacional de Justiça. (18 de dezembro de 2019). Resolução nº 303. Fonte: Atos Normativos: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3130>

Novelino, M., & Júnior, D. d. (2017). CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Doutrina, Jurisprudência e Questões de Concursos, 1-21.

Rocha, H. P. (2021). Precatórios: a (in) efetividade no cumprimento das decisões judiciais de pagamento de quantia em face da Fazenda Pública. UnB.

Assinaturas:

Tutor **Marcelo Barros Marques**
Tutor/conteudista

Tutor **Miguel Ângelo de Alvarenga Lopes**
Tutor/conteudista



Autenticado eletronicamente por **Juiz Federal MIGUEL ÂNGELO ALVARENGA LOPES, Secretário-Geral Substituto**, em 19/08/2021, às 18:31, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](http://leis.legislativo.gov.br/Legis/2006/Lei11419/006.aspx).



Autenticado eletronicamente por **Marcelo Barros Marques, Secretário - Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças**, em 20/08/2021, às 08:20, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](http://leis.legislativo.gov.br/Legis/2006/Lei11419/006.aspx).

A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.cjf.jus.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.cjf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=267538&infra_sistema=...)



acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0253212** e o código CRC **F38C4E43**.